



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/02/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. 3º ENCONTRO NACIONAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS.....	1
1.2. PRISÃO.....	2
2. JORNAL AQUI	
2.1. PRISÃO.....	3
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CARTÓRIOS.....	4 - 5
3.2. DESEMBARGADORES.....	6
3.3. PRISÃO.....	7 - 9
3.4. VARA CRIMINAL.....	10
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. 3º ENCONTRO NACIONAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS.....	11 - 12
4.2. COMARCAS.....	13 - 14
4.3. CONCURSO.....	15 - 16
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. 3º ENCONTRO NACIONAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS.....	17
5.2. AVISO.....	18
5.3. CARTÓRIOS.....	19
5.4. COMARCAS.....	20 - 21
5.5. PRISÃO.....	22 - 23
6. JORNAL EXTRA	
6.1. JULGAMENTOS.....	24 - 25
6.2. PRISÃO.....	26
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. PRISÃO.....	27
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. JULGAMENTOS.....	28 - 29
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. PRISÃO.....	30
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. INSTITUCIONAL.....	31 - 32
10.2. JULGAMENTOS.....	33 - 35
10.3. PRISÃO.....	36 - 38

MA sediará encontro nacional de assuntos fundiários

A realização do 3º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários e o projeto de padronização dos serviços cartorários foram discutidos numa reunião entre os desembargadores presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, o corregedor geral, Antonio Guerreiro Junior, e os juizes auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marcelo Berthe e Antônio Carlos Braga Júnior.

Na reunião, foi definida a data do 3º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários, que será realizado nos dias 3, 4 e 5 de novembro deste ano, em São Luís. O evento a ser realizado no Maranhão reunirá subsídios para a elaboração de propostas de aprimoramento da gestão fundiária no Brasil e terá como tema central o monitoramento das questões de natureza fundiária, cujos registros de conflitos vêm colocando em risco a segurança no campo e nas cidades.

“O objetivo é discutir, com

profundidade, os problemas agrários que exigem, conforme a Resolução nº 110 do CNJ, ações concretas para solução dos conflitos, assegurando o acesso à moradia digna e à distribuição da propriedade rural”, salientou Berthe.

O juiz explicou que essa resolução instituiu o Fórum de Assuntos Fundiários e o Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários, sendo o último o responsável pela elaboração do programa do Fórum e de sua agenda de trabalhos, deliberando sobre as demais questões relacionadas ao seu funcionamento.

O presidente Jamil Gedeon afirmou que o TJMA colocará à disposição toda a estrutura do TJMA para a realização do evento, “por tratar-se de uma iniciativa da maior importância, vez que a questão dos conflitos agrários inquieta a todos, merecendo, por isso mesmo, uma discussão aprofundada que possa sinalizar soluções para o grave problema”.

CARTÓRIOS - Durante a reu-

nião, os juizes auxiliares do CNJ falaram sobre a implantação do programa de modernização dos cartórios de registros de imóveis da Amazônia Legal e apresentaram o projeto de normas para padronização dos serviços cartorários.

A padronização dos serviços nos cartórios é uma etapa do programa, que compreende a digitalização de documentos e informatização dos cartórios de registro de imóveis. O programa vai estabelecer padrões, critérios e regras de gestão de documental para a guarda dos arquivos e modernização dos cartórios.

Na execução do projeto, serão investidos R\$ 10 milhões - doados pelo Instituto de Colonização Agrária (Incra) - para que o CNJ possa desenvolver as ações, incluindo investimentos, como a aquisição de equipamentos para montagem de laboratórios de restauração de documentos antigos e a contratação de serviços de digitalização e microfilmagem.

Suspeito de mandar executar líder quilombola recebe alvará de soltura

O suspeito de mandar assassinar o quilombola Flaviano Neto foi preso na cidade de São João Batista. Mas o suspeito conseguiu a liberdade na manhã de ontem.

O empresário Manoel Gentil Gomes conseguiu alvará de soltura no Tribunal de Justiça do Maranhão. Na decisão, o desembargador responsável pelo caso revelou que a prisão temporária não seria de necessidade extrema, pois as investigações não poderiam ser mais atrapalhadas

pelo acusado.

Crime- O empresário Manoel Gomes é acusado de ser o mandante da execução do líder quilombola, Flaviano Neto, na comunidade do Charco, localizada na cidade de São Vicente Férrer, no ano de 2010. O acusado de consumir o crime está preso e identificado como Irismar Pereira.

O motivo do assassinato é a posse de 1,4 hectares de terras na cidade. As famílias quilombolas brigam na justiça pelas terras.

► MORTE DE QUILOMBOLA

MANDANTE LIBERADO

Em menos de 24 horas após ser preso, foi posto em liberdade pela Justiça o empresário Manoel Gomes

Menos de 24 horas após ser preso, foi posto em liberdade o empresário Manoel Gomes, conhecido como "Manoel de Gentil", preso na manhã de terça-feira na cidade de São João Batista e transferido para São Luís, por determinação da Justiça, visto que tinha contra ele decreto de prisão provisória. Ele foi solto por determinação do desembargador Antônio Bayma Júnior, que entendeu que,

pelo fato do crime já estar esclarecido, não haveria necessidade de prisão provisória e sim uma preventiva que não foi decretada.

Conforme o delegado Maimone Barros, da Delegacia de Homicídios, que trabalhou nas investigações para elucidar o assassinato do líder quilombola Flaviano Neto, 45 anos, no dia 30 de outubro do ano passado, existem provas técnicas ir-

refutáveis de que Manoel de Gentil foi quem contactou com o ex-policial militar Josuel Sodré Sabóia, tendo este contratado Irismar Pereira que executou o crime. Flaviano Neto foi assassinado a tiros quando caminhava por uma estrada que liga a cidade de São Vicente Férrer ao quilombo do Charco. O intermediário Sabóia e o executor Irismar continuam presos.

Concurso para Cartório não terá prova de português

➤ O próximo concurso para notários e registradores não terá provas objetivas de português e conhecimentos gerais. A decisão foi da maioria do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na sessão jurisdicional de ontem, 23, considerando decisões anteriores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de dispensar a aplicação dessas provas. Com a determinação, o próximo certame a ser realizado pelo TJMA para preenchimento dos referidos cargos não constarão questões referentes a essas áreas de conhecimento.

Concurso para cartórios não terá provas objetivas de português e conhecimentos gerais

O próximo concurso para notários e registradores não terá provas objetivas de português e conhecimentos gerais. A decisão foi da maioria do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na sessão jurisdicional de ontem, 23, considerando decisões anteriores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de dispensar a aplicação dessas provas.

Com a determinação, o próximo certame a ser realizado pelo TJMA para preenchimento dos referidos cargos não constarão questões referentes a essas áreas de conhecimento.

Durante a votação foi des-

tacado que a medida não elimina a observância da aplicação prática da língua portuguesa, pois essa avaliação será feita nas questões discursivas referentes a outras disciplinas.

COMISSÃO - Na sessão plenária administrativa do dia 16 deste mês, os desembargadores escolheram os membros que farão parte da comissão para o concurso de notários e registradores. Como membros titulares estão o desembargador Cleones Carvalho Cunha (presidente), os juizes Alice Prazeres, Nelson Ferreira e Ariane Mendes, o notário Felipe Madruga e a registradora Sonia Maria Bonfim.

Morre em São Paulo o desembargador Mário Ferraz

➤ Cerimonial do Tribunal de Justiça comunica, com pesar, o falecimento do Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Maranhão **Mário Barros Ferraz**, ocorrido na manhã de terça-feira (22/02) em São Paulo. O velório acontece no Pax Brasil (Rua: 13 de Maio, 210 - Centro) em frente a Igreja de Santo Antonio. O sepultamento ocorreu ontem, dia 23/02 às 11h no Jardim da Paz, Estrada de Ribamar.

Suspeito de mandar matar quilombola já está em liberdade

O empresário Manoel Gentil Gomes, suspeito de ser o mandante da execução do lavrador quilombola Flaviano Neto, conseguiu alvará de soltura no Tribunal de Justiça do Maranhão. A decisão foi do desembargador Antônio Bayma Araújo.

De acordo com o desembargador, a prisão temporária do suspeito não era necessária, já que a apuração dos fatos já tinham sido feitas. Segundo ele, a prisão temporária de um suspeito só se justifica quando ele pode alterar provas, fugir, enquanto a investigação está ocorrendo.

Manoel Gomes foi preso na manhã de terça-feira (22), em São João Batista, suspeito de arquitetar o assassinato de Flaviano Neto, que era líder da comunidade quilombola do Charco, em São Vicente Férrer. As 70 famílias da comunidade remanescente de quilombo luta na Justiça pela posse de 1,4 mil hectare de terra, que o empresário e a família dizem que pertence a eles.

Um dos delegados responsáveis pelo caso, Maimone Barros, titular da Delegacia de Homicídios, afirmou que o suspeito já foi solto. Manoel Gomes, contudo, só prestará depoimento nesta quinta-feira (24). "As investigações continuam e não temos uma data para concluí-las", afirmou Maimone Barros.

Prisão para assaltante que atacou jogadores de pif-paf (I)

 A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a condenação de Jeaderson de Sousa Vieira a oito anos de reclusão em regime inicialmente fechado, por assalto duplamente qualificado a frequentadores e funcionários do late Clube de São Luís, em 2006. A decisão aconteceu na sessão de terça-feira, 22, e confirmou sentença da juíza da 3ª Vara Criminal de São Luís, Joseane de Jesus Correa Bezerra. As vítimas participavam de uma animada rodada de pi-paf, incluindo o então chefe da Casa Civil do governo Jackson Lago, Aderson Lago.

PC prende homicida foragido da Justiça em Paço do Lumiar

Em cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pela 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, investigadores da Polícia Civil do município de São Raimundo das Mangabeiras, recapturaram Wilker Rafael Pereira, 24 anos, natural de São Luis.

Wilker é apontado como autor de um homicídio ocorrido em 2006 no Bairro do Maiobão, durante uma festa em um clube de reggae. Na ocasião, Wilker teria desferido três facadas na vítima que veio a óbito no local.

Após cometer o crime, se deslocou da capital maranhense com destino a cidade de São Raimundo das Mangabeiras, distante 89 km da cidade de Balsas.

De acordo com informações da Superintendência de Polícia Civil do Interior, o acusado foi detido naquela região, por ter praticado diversos delitos em algumas ocasiões.

"Durante algum tempo ele vinha praticando assaltos, furtos e roubos na região. Com isso passamos a investigá-lo e conseguimos prendê-lo", contou o delegado do município Jean Charles, responsável pela prisão.

O delegado contou, ainda, que durante o interrogatório, Wilker confessou a autoria do assassinato. Ele foi conduzido à Delegacia do Maiobão onde ficará a disposição da Justiça de Paço do Lumiar.

Guerreiro Júnior diz que juízes devem cumprir prazos em processos criminais

Em caso de acusado preso, o processo criminal não deverá ultrapassar 148 dias na fase de procedimento ordinário, e 75 dias no procedimento sumário. A duração do processo não deve ser superior a 178 dias na fase do procedimento do Tribunal do Júri. Recomendações e prazos ditam o teor de provimento do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, no qual pede a juízes medidas urgentes quanto a duração razoável dos processos criminais, considerando a superlotação nas penitenciárias do estado.

"As instruções visam a evitar que os processos criminais se arrastem durante anos e sirvam de motivo para o inchaço de delegacias e unidades

penitenciárias e eventuais rebeliões de presos", explica Guerreiro Júnior.

O provimento está de acordo com o Plano de Gestão Para Varas Criminais e de Execução Penal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As sete propostas de ação aprovadas para implantação do plano foram extraídas do II Seminário da Justiça Criminal, promovido pelo CNJ em outubro do ano passado, em São Paulo.

Na busca por soluções a problemas criminais e do sistema penitenciário estadual, a Corregedoria Geral da Justiça recorre a medidas de impacto.

A partir deste mês, exigirá dos juízes relatório dos fei-

tos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na comarca e vara, com data da efetiva prisão. Na segunda-feira, 28, o projeto "Pauta Zero" será direcionado para atender a Vara de Entorpecentes da capital durante uma semana. Por decisão do corregedor, três juízes respondem hoje pela vara.

Em encontro com a diretoria da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no início de fevereiro, Guerreiro Júnior concordou em estender as ações das correições ordinárias e examinar a situação processual e prisional de presos de justiça nas comarcas e varas. A orientação já foi repassada aos juízes auxiliares da Corregedoria.



Corregedor-geral da
Justiça, Guerreiro Júnior

PADRONIZAÇÃO

MA sediará encontro nacional de assuntos fundiários

A realização do 3º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários e o projeto de padronização dos serviços cartorários foram discutidos numa reunião entre os desembargadores presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, o corregedor geral, Antonio Guerreiro Junior, e os juízes auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marcelo Berthe e Antônio Carlos Braga Júnior.

Na reunião, foi definida a data do 3º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários, que será realizado nos dias 3, 4 e 5 de novembro deste ano, em São Luís. O evento a ser realizado no Maranhão reunirá subsídios para a elaboração de propostas de aprimoramento da gestão fundiária no Brasil e terá como tema central o monitoramento das questões de natureza fundiária, cujos

registros de conflitos vêm colocando em risco a segurança no campo e nas cidades.

-"O objetivo é discutir, com profundidade, os problemas agrários que exigem, conforme a Resolução nº 110 do CNJ, ações concretas para solução dos conflitos, assegurando o acesso à moradia digna e à distribuição da propriedade rural", salientou Berthe.

O juiz explicou que essa resolução instituiu o Fórum de Assuntos Fundiários e o Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários, sendo o último o responsável pela elaboração do programa do Fórum e de sua agenda de trabalhos, deliberando sobre as demais questões relacionadas ao seu funcionamento.

O presidente Jamil Gedeon afirmou que o TJMA colocará à disposição toda a estrutura do TJMA para a realização do evento, "por tratar-se de uma iniciativa da

maior importância, vez que a questão dos conflitos agrários inquieta a todos, merecendo, por isso mesmo, uma discussão aprofundada que possa sinalizar soluções para o grave problema".

CARTÓRIOS - Durante a reunião, os juízes auxiliares do CNJ falaram sobre a implantação do programa de modernização dos cartórios de registros de imóveis da Amazônia Legal e apresentaram o projeto de normas para padronização dos serviços cartorários.

A padronização dos serviços nos cartórios é uma etapa do programa, que compreende a digitalização de documentos e informatização dos cartórios de registro de imóveis. O programa vai estabelecer padrões, critérios e regras de gestão de documental para a guarda dos arquivos e modernização dos cartórios.

Na execução do projeto, serão investidos R\$ 10 milhões - doados pelo Instituto

de Colonização Agrária (In-cra) - para que o CNJ possa desenvolver as ações, incluindo investimentos, como a aquisição de equipamentos para montagem de laboratórios de restauração de documentos antigos e a contratação de serviços de digitalização e microfilmagem.

Os representantes do CNJ afirmaram que os acervos da maioria dos cartórios da Amazônia Legal se encontram em péssimo estado de conservação. Segundo Marcelo Berthe, o que está em papel vai migrar para meio eletrônico, com a padronização dos softwares, serviços e sistemas de informática a serem usados pelos cartórios.

Participaram da reunião os desembargadores Paulo Velten e Cleones Cunha, os juízes auxiliares da Presidência do TJMA, Raimundo Bogéa e Sônia Amaral, o assessor de Comissões do CNJ, Davi Alvarenga, e o juiz Fernando Mendonça.

05 CORREGEDORIA**São Mateus terá correição extraordinária na segunda**

A Comarca de São Mateus (a 180 km de São Luís) receberá correição extraordinária na próxima segunda-feira, 28 - a primeira que a Corregedoria Geral da Justiça fará este ano no interior. O juiz auxiliar José Nilo Ribeiro Filho irá verificar quais providências a comarca tomou para sanar irregularidades que os juízes.

CORREGEDORIA

São Mateus terá correição extraordinária na segunda

A Comarca de São Mateus (a 180 km de São Luís) receberá correição extraordinária na próxima segunda-feira, 28 - a primeira que a Corregedoria Geral da Justiça fará este ano no interior. O juiz auxiliar José Nilo Ribeiro Filho irá verificar quais providências a comarca tomou para sanar irregularidades que os juízes Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo dos Anjos detectaram em correição ordinária, em junho do ano passado.

A falta de cumprimento a despachos e sentenças do juiz, pela secretaria judicial; despachos e sentenças soltos em processos ainda não-juntados e numerados; e a inexistência de termo de abertura e de encerramento nos livros obrigatórios da serventia puxam a lista de problemas detectados.

O relatório da correição ordinária na comarca - e de dezenas de varas fiscalizadas em 2010 - está aberto a consultas no site da Corregedo-

ria (cgj.tjma.jus.br). Nilo Ribeiro fará novo relatório com base no que observar.

Duas varas de Família da capital passam por correição extraordinária esta semana. Na 2ª Vara ocorreu ontem, 22. Será a vez da 6ª Vara nessa quinta-feira, 24. Os quatro juízes auxiliares da Corregedoria coordenam esse trabalho.

O corregedor Antonio Guerreiro Júnior autorizou mais correições extraordinárias no estado: em Balsas (1ª, 2ª e 3ª varas); Imperatriz (2º Juizado Cível), Pinheiro (1ª e 2ª varas), Pindaré-Mirim e Cururupu.

O mapa de correições ordinárias para março mostra, por enquanto, três comarcas. O juiz Kleber Carvalho fiscalizará Colinas e Paraibano de 1º a 3. Em Paraibano, e também em Mirador, irá acompanhar o desempenho de juízes vitaliciandos, ou seja, que não concluíram dois anos de exercício na magistratura. Em 1º de março, Nilo Ribeiro estará em São Luiz Gonzaga.

05

GERAL

Concurso para cartórios não terá provas objetivas

O próximo concurso para notários e registradores não terá provas objetivas de português e conhecimentos gerais. A decisão foi da maioria do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na sessão jurisdicional desta quarta-feira, 23, considerando decisões anteriores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de dispensar a aplicação dessas provas.

Concurso para cartórios não terá provas objetivas

O próximo concurso para notários e registradores não terá provas objetivas de português e conhecimentos gerais. A decisão foi da maioria do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na sessão jurisdicional desta quarta-feira, 23, considerando decisões anteriores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de dispensar a aplicação dessas provas.

Com a determinação, o próximo certame a ser realizado pelo TJMA para preenchimento dos referidos cargos não constarão questões referentes a essas áreas de conhecimento.

Durante a votação foi destacado que a medida não elimina a observância da aplicação prática da língua

portuguesa, pois essa avaliação será feita nas questões discursivas referentes a outras disciplinas.

Comissão - Na sessão plenária administrativa do dia 16 deste mês, os desembargadores escolheram os membros que farão parte da comissão para o concurso de notários e registradores. Como membros titulares estão o desembargador Cleones Carvalho Cunha (presidente), os juízes Alice Prazeres, Nelson Ferreira e Ariane Mendes, o notário Felipe Madruga e a registradora Sonia Maria Bonfim. Os suplentes serão o desembargador Paulo Velten, os juízes Kleber Costa, Raimundo Nonato Neris, José Ribamar Costa, o notário Jurandy de Castro e a registradora Patrícia Rego.

Assuntos fundiários serão debatidos no Maranhão

São Luís sediará em novembro encontro nacional que debaterá problemas agrários e o projeto de padronização dos serviços cartorários, conforme resolução do CNJ

A realização do 3º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários e o projeto de padronização dos serviços cartorários foram discutidos terça-feira (22) numa reunião entre os desembargadores presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, o corregedor-geral, Antonio Guerreiro Junior, e os juízes auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marcelo Berthe e Antônio Carlos Braga Júnior.

Na reunião, foi definida a data do 3º Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários, que será realizado nos dias 3, 4 e 5 de novembro deste ano, em São Luís. O evento a ser realizado no Maranhão reunirá subsídios para a elaboração de propostas de aprimoramento da gestão fundiária no Brasil e terá como tema central o monitoramento das questões de natureza fundiária, cujos registros de conflitos vêm colocando em risco a segurança no campo e nas cidades.

“O objetivo é discutir, com profundidade, os problemas agrários que exigem, conforme a Resolução nº 110 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ações concretas para solução dos conflitos, assegurando o acesso à moradia digna e à distribuição da propriedade rural”, salientou Berthe.

O juiz explicou que essa reso-

lução instituiu o Fórum de Assuntos Fundiários e o Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários, sendo o último o responsável pela elaboração do programa do Fórum e de sua agenda de trabalhos, deliberando sobre as demais questões relacionadas ao seu funcionamento.

O presidente Jamil Gedeon afirmou que o TJMA colocará à disposição toda a estrutura do TJMA para a realização do evento, “por tratar-se de uma iniciativa da maior importância, vez que a questão dos conflitos agrários inquieta a todos, merecendo, por isso mesmo, uma discussão aprofundada que possa sinalizar soluções para o grave problema”.

Cartórios - Durante a reunião, os juízes auxiliares do CNJ falaram sobre a implantação do programa de modernização dos cartórios de registros de imóveis da Amazônia Legal e apresentaram o projeto de normas para padronização dos serviços cartorários.

A padronização dos serviços nos cartórios é uma etapa do programa, que compreende a digitalização de documentos e informatização dos cartórios de registro de imóveis. O programa vai estabelecer padrões, critérios e regras de gestão de documental para a guarda dos arquivos e modernização dos cartórios.

Na execução do projeto, serão investidos R\$ 10 milhões – doados pelo Instituto de Colonização

Agrária (Incra) – para que o CNJ possa desenvolver as ações, incluindo investimentos, como a aquisição de equipamentos para montagem de laboratórios de restauração de documentos antigos e a contratação de serviços de digitalização e microfilmagem.

Os representantes do CNJ afirmaram que os acervos da maioria dos cartórios da Amazônia Legal estão em péssimo estado de conservação.

Mais

Participaram da reunião os desembargadores Paulo Velten e Cleones Cunha, os juízes auxiliares da presidência do TJMA, Raimundo Bogéa e Sônia Amaral, o assessor de Comissões do CNJ, Davi Alvarenga, e o juiz Fernando Mendonça.



O presidente do TJ, Jamil Gedeon (c), discute a realização do encontro



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2011 • Processo n.º 19.975/10

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão toma público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decretos Federais n.º 5.450/05 e n.º 3.931/01, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para Aquisição de materiais/equipamentos de segurança eletrônica, incluindo instalação e manutenção, no dia 15/03/2011, às 09:30 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível nas páginas web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 23 de fevereiro de 2011.

EVILENE CABRAL LIMA
Pregoeira TJ/MA

Notários

O próximo concurso para notários e registradores não terá provas objetivas de português e conhecimentos gerais. A decisão foi da maioria do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na sessão de ontem, considerando decisões anteriores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de dispensar a aplicação dessas provas. Com a determinação, no próximo certame a ser realizado pelo TJMA para preenchimento dos referidos cargos não constarão questões referentes a essas áreas.

Comarcas

As Varas de Cartas Precatórias da capital têm competência para cumprir deprecatas de comarcas deste e de outros estados, de acordo com provimento assinado pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

Ficam desobrigadas da atribuição a Vara da Infância e Juventude, Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Varas de Execução Penal, Juizados Especiais e Auditoria Militar, que continuam a receber deprecatas de competência privativa.

Comarca de São Mateus passa por nova correição

Essa é a segunda vez que a Controladoria faz fiscalização no Judiciário da cidade

SÃO MATEUS - A Comarca de São Mateus receberá correição extraordinária na próxima segunda-feira. Essa será a primeira correição que a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) fará este ano no interior. O juiz auxiliar José Nilo Ribeiro Filho irá verificar quais providências a Comarca tomou para sanar irregularidades que os juízes Kleber Carvalho e José Jorge Figueiredo dos Anjos detectaram em correição ordinária em junho do ano passado.

A falta de cumprimento a despachos e sentenças do juiz pela secretaria judicial, despachos e sentenças soltos em processos ainda não-juntados e numerados e a inexistência de termo de abertura e de encerramento nos livros obrigatórios da serventia compõem a lista de problemas detectados na Comarca durante a correição ocorrida em 2010.

O objetivo da volta do juiz José Nilo Filho é averiguar se foram tomadas as providências necessárias apontadas no diagnóstico feito após relatório da correição.

"Depois do relatório, enviamos o diagnóstico para o responsável pela Comarca que deve adotar as medidas necessárias para sanar as irregularidades. Por isso que estamos voltando à Comarca de São Mateus. Nosso objetivo é exatamente constatar se todas as providências foram tomadas", explicou o magistrado.

Até outubro deste ano, a CGJ



Juiz José Nilo Filho é quem vai fazer a correição em São Mateus

deverá fazer cerca de 50 correições no interior e na capital do estado entre extraordinárias e ordinárias. Já estão agendadas para fevereiro correições extraordinárias em Balsas na 1ª, 2ª e 3ª varas; em Imperatriz, no 2º Juizado Cível; em Pindaré-Mirim e em Cururupu.

Em todas essas situações será gerado um relatório que posteriormente será encaminhado ao corregedor-geral, Guerreiro Júnior. "Quando o relatório chegar às mãos do corregedor, ele tomará as providências cabíveis para sanar

todos os problemas", disse o juiz.

Ordinárias - O mapa de correições ordinárias para março mostra, por enquanto, três comarcas. O juiz Kleber Carvalho fiscalizará Colinas e Paraibano de 1ª a 3ª Varas, além da correição em São Luiz Gonzaga, cujo juiz a fiscalizar será José Nilo Filho.

Duas Varas de Família de São Luís estão passando por correição extraordinária esta semana. A fiscalização na 2ª Vara ocorreu na última terça-feira e hoje será a vez da 6ª Vara.

Arquivo

Suspeito de mandar matar líder é liberado

A Justiça mandou soltar o fazendeiro Manoel de Jesus Gomes, suspeito de encomendar a morte de líder quilombola. **Polícia 6**

Justiça solta suspeito de contratar assassinato de líder quilombola

Fazendeiro preso terça-feira em São João Batista, como mandante do crime, foi solto ontem por decisão do Tribunal de Justiça; outros suspeitos permanecem na prisão

Foi solto ontem, antes mesmo de completar 24 horas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o fazendeiro Manoel de Jesus Martins Gomes, de 53 anos, suspeito de encomendar a morte do líder quilombola Flaviano Pinto Neto, o Bique, de 45 anos, em outubro de 2010, no município de São João Batista. O alvará de soltura foi concedido pelo desembargador Antônio Bayma Araújo, em decisão, criticada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA.

“O que existe no inquérito policial são apenas depoimentos contra o suspeito. A polícia não apresentou provas. Além disso, se a investigação foi concretizada e os nomes revelados, a decisão judicial da Comarca de São João Batista deveria ser a de uma prisão preventiva e não temporária, já que o trabalho da polícia já está bem avançado. A prisão temporária de um suspeito só se justifica quando ele pode alterar provas, ou fugir durante as investigações”, disse o desembargador, em entrevista ao repórter Marcial Lima (Rádio Mirante AM).

Manoel de Jesus Martins Gomes, que também atende pelo nome de Manoel de Gentil Gomes, foi preso na manhã de terça-feira, 22, na praça principal da cidade de São João Batista, em cumprimento a um mandado de prisão temporária, expedido pela juíza Odete Maria Pessoa Mo-

ta. Segundo apurou a polícia, o fazendeiro teria contratado o ex-policial militar Josuel Sodré Sabóia, o *Sabóia*, que, por sua vez, intermediou o crime, acionando o traficante Irismar Pereira, de 31 anos, morador do bairro Vila Embatel, que já está preso.

Motivação - A motivação do crime, segundo a polícia, teria sido a disputa pelas terras da Fazenda Juçaral, de mais de 1.400 hectares, e que é de propriedade do patriarca da família Gentil Gomes. Em 2005, essas terras foram pleiteadas pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf). Entretanto, um ano depois, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fez a primeira vistoria, houve uma divisão irregular da área.

“Essa divisão beneficiou justamente os quatro herdeiros do patriarca, e passou a gerar vários processos. Enquanto a família exigia a gleba, a associação dos quilombolas, liderada por Flaviano Pinto Neto, também passou a ganhar atenção do Ministério Público Federal. Como houve possibilidade de conceder a posse das terras ao quilombola, o líder comunitário passou a ser visto como uma ameaça”, explicou o delegado Maymone Barros.

Repúdio - A concessão do alvará de soltura ao fazendeiro foi duramente criticada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, composta pelos advogados Antônio Pedrosa, Rafael Silva e Diogo Cabral, que denunciou que até o fim da tarde de ontem ainda não havia conseguido cópia da decisão no TJ/MA. Em repúdio à decisão do desembargador, Pedrosa chegou a classificá-la de “bitolada”.

“É preciso que se critique este tipo de postura parcial, que submete os pobres às condições indignas das cadeias, enquanto só aqueles mais abastados gozam dos direitos humanos”, observou Pedrosa, que é presidente da CDH da OAB/MA.

DONO DO "ESPAÇO ABERTO" INDENIZA PAIS DE JOVEM MORTO EM FESTA

PÁGINA 8

Clube de *reggae* deve indenizar pais de jovem morto em festa

O clube de *reggae* "Espaço Aberto", localizado no bairro São Francisco, em São Luís, foi condenado a pagar indenização no valor de R\$ 20 mil aos pais de Jadeson de Almeida Borges, assassinado em março de 1999, no interior da casa noturna. Na terça-feira, 22, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a decisão da Justiça de 1º grau e negou pretensão do recurso do clube, de que o fato ocorreu fora de suas dependências.

O relator da apelação cível, desembargador Paulo Velten, concordou com o entendimento do juiz Josemar Lopes Santos, da 1ª Vara Cível da capital,

segundo o qual os depoimentos de testemunhas, relatório do delegado de polícia e interrogatório do culpado confirmaram que o crime ocorreu no salão do clube.

Velten citou jurisprudência para confirmar a existência de relação de consumo entre casa noturna e consumidor, e que o clube era responsável pela segurança dos frequentadores. O relator considerou baixa a quantia da indenização, mas argumentou que não poderia aumentar o valor, já que não houve recurso por parte dos pais da vítima. Os desembargadores Jaime Araújo (revisor) e Anildes Cruz concordaram com o voto do relator.

Empresário acusado de mandar matar quilombola já está solto

O empresário Manoel Gentil Gomes, suspeito de ser o mandante da execução do lavrador quilombola Flaviano Neto, conseguiu alvará de soltura no Tribunal de Justiça do Maranhão. A decisão foi do desembargador Antônio Bayma Araújo.

De acordo com o desembargador, a prisão temporária do suspeito não era necessária, já que a apuração dos fatos já tinham sido feitas. Segundo ele, a prisão temporária de um

suspeito só se justifica quando ele pode alterar provas, fugir, enquanto a investigação está ocorrendo.

Manoel Gomes foi preso na manhã dessa terça-feira (22), em São João Batista, suspeito de arquitetar o assassinato de Flaviano Neto, que era líder da comunidade quilombola do Charco, em São Vicente Férrer. As 70 famílias da comunidade remanescente de quilombo luta na Justiça pela posse de 1,4 mil

hectare de terra, que o empresário e a família dizem que pertence a eles.

Um dos delegados responsáveis pelo caso, Maimone Barros, titular da Delegacia de Homicídios, afirmou que o suspeito já foi solto. Manoel Gomes, contudo, só prestará depoimento nesta quinta-feira (24). "As investigações continuam e não temos uma data para concluí-las", afirmou Maimone Barros.

■ Liberdade

O empresário Manoel Gentil Gomes, suspeito de ser o mandante da execução do lavrador quilombola Flaviano Neto, conseguiu alvará de soltura no Tribunal de Justiça do Maranhão. A decisão foi do desembargador Antônio Bayma Araújo. De acordo com o desembargador, a prisão temporária do suspeito não era necessária, já que a apuração dos fatos já tinham sido feitas. Segundo ele, a prisão temporária de um suspeito só se justifica quando ele pôde alterar provas, fugir, enquanto a investigação está ocorrendo.

■ Mandante

Manoel Gomes foi preso na manhã dessa terça-feira (22), em São João Batista, suspeito de arquitetar o assassinato de Flaviano Neto, que era líder da comunidade quilombola do Charco, em São Vicente Férrer. As 70 famílias da comunidade remanescente de quilombo luta na Justiça pela posse de 1,4 mil hectare de terra, que o empresário e a família dizem que pertence a eles. Um dos delegados responsáveis pelo caso, Maymone Barros, titular da Delegacia de Homicídios, afirmou que o suspeito já foi solto. Manoel Gomes, contudo, só prestará depoimento nesta quinta-feira (24). "As investigações continuam e não temos uma data para concluí-las", afirmou Maymone Barros.

IPVA// Pleno do Tribunal de Justiça decide que lei estadual que parcelava o pagamento do imposto em até seis meses é inconstitucional

PAGINA

JUDICIÁRIO

TJ derruba parcelamento do IPVA em seis vezes

O Tribunal de Justiça do Maranhão declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual n.º 8.896/2008, que aumentou de três para seis o número máximo de parcelas do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). O plenário confirmou o entendimento do relator, desembargador Jaime Araújo, de que a iniciativa da matéria caberia somente ao governador do estado, e, mesmo depois de aprovada, de que a Assembleia Legislativa não apreciou o veto do chefe do Executivo estadual.

Em sessão plenária de 18 de fevereiro de 2009, o TJMA já havia concedido medida cautelar à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta um mês antes pelo então governador Jackson Lago, suspendendo a vigência da lei à época. Ontem, os desembargadores concor-

daram com o voto do relator, que julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade da lei.

Jaime Araújo argumentou que norma da Constituição Estadual estabelece que são de iniciativa privativa do governador do Estado leis que disponham sobre matéria tributária, o que não foi o caso da lei editada pela Assembleia Legislativa.

O magistrado também observou que a comunicação do veto governamental ao Legislativo ocorreu em 20 de junho de 2007, dentro do prazo previsto constitucionalmente, de 15 dias úteis, e lembrou que 7 de junho do referido ano foi feriado de Corpus Christi. A Assembleia considerou que a comunicação se deu além do prazo. À época, a Adin proposta pelo governador sustentou: "o recolhimento do imposto em prazo maior afetará compromissos inadiáveis do estado

do Maranhão, que, diante do cenário de crise, contará com recursos mais escassos para cumprir suas obrigações diante de toda a coletividade". O projeto que parcelava o IPVA em até seis vezes foi apresentado pelo ex-deputado Pavão Filho (PDT)

Concurso

Também na sessão de ontem o Pleno decidiu que o próximo concurso para notários e registradores do Tribunal não terá provas objetivas de Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais. A decisão foi tomada considerando decisões anteriores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Durante a votação foi destacado que a medida não elimina a aplicação prática da Língua Portuguesa, pois essa avaliação será feita nas questões discursivas referentes a outras disciplinas.

A. BAETA/OIMP/D A PRESS



PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECIDE POR MAIORIA QUE A LEI ESTADUAL É INCONSTITUCIONAL

Polícia Civil prende homicida foragido da Justiça em Paço do Lumiar

Em cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pela 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, investigadores da Polícia Civil do município de São Raimundo das Mangabeiras, recapturaram Wilker Rafael Pereira, 24 anos, natural de São Luis.

Wilker é apontado como autor de um homicídio ocorrido em 2006 no Bairro do Maiobão, durante uma festa em um clube de reggae. Na ocasião, Wilker teria desferido

três facadas na vítima que veio a óbito no local.

Após cometer o crime, se deslocou da capital maranhense com destino a cidade de São Raimundo das Mangabeiras, distante 89 km da cidade de Balsas. De acordo com informações da Superintendência de Polícia Civil do Interior, o acusado foi detido naquela região, por ter praticado diversos delitos em algumas ocasiões. "Durante algum tempo ele vinha prati-

cando assaltos, furtos e roubos na região. Com isso passamos a investigá-lo e conseguimos prendê-lo", contou o delegado do município Jean Charles, responsável pela prisão. O delegado contou, ainda, que durante o interrogatório, Wilker confessou a autoria do assassinato. Ele foi conduzido à Delegacia do Maiobão onde ficará a disposição da Justiça de Paço do Lumiar.

❖❖ O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão realizará na próxima sexta-feira (25) a sessão solene de posse da desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz como novo membro efetivo do TRE-MA, na categoria de desembargador.

❖❖ A magistrada foi eleita pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, para a vaga anteriormente ocupada pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. A cerimônia ocorrerá no Auditório Ernani Santos, localizado na sede deste Tribunal, às 15 horas.

Posse

● O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão realizará no dia 25 de fevereiro, sexta-feira, a Sessão Solene de Posse da Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz como novo Membro Efetivo desta Corte, na categoria de Desembargador. A magistrada foi eleita pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, para a vaga anteriormente ocupada pelo Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. A cerimônia ocorrerá no Auditório Ernani Santos, localizado na sede deste Tribunal, às 15 horas.

Parcelamento máximo do IPVA fica em três meses

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) declarou a inconstitucionalidade da Lei Estadual n.º 8.896/2008, que aumentou de três para seis o número máximo de parcelas do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). O plenário confirmou o entendimento do relator, desembargador Jaime Araújo, de que a iniciativa da matéria caberia somente ao governador do Estado, e, mesmo depois de aprovada, de que a Assembleia Legislativa não apreciou o veto do chefe do Executivo estadual.

Em sessão plenária de 18 de fevereiro de 2009, o TJMA já havia concedido medida cautelar à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta um mês antes pelo então governador Jackson Lago, suspendendo a vigência da lei à época. Ontem, os desembargadores concordaram com o voto do relator, que julgou procedente a ação e declarou a inconstitucionalidade da lei.

Jaime Araújo argumentou que norma da Constituição Estadual estabelece que são de iniciativa privativa do governador do Estado leis que disponham sobre matéria tributária, o que não foi o caso da lei editada pela Assembleia Legislativa.

Servidores da Uema fazem paralisação de advertência

O protesto foi pelo reconhecimento do quadro de servidores da universidade junto ao governo do estado e pela agilização do processo que

corre no Tribunal de Justiça que determinará a validação ou não da eleição do reitor da Uema, realizada em 24 de novembro de 2010. **PÁGINA 5**

Servidores da Uema fazem paralisação de advertência

Os servidores técnico-administrativos da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) realizaram, na manhã de ontem, uma paralisação de advertência em frente aos portões da universidade. O protesto foi pelo reconhecimento do quadro de servidores da universidade junto ao governo do estado e pela agilização do processo que corre no Tribunal de Justiça que determinará a validação ou não da eleição do reitor da Uema, realizada em 24 de novembro de 2010.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual do Maranhão (Sintuema), Miguel Santos, em 2010 a categoria realizou uma paralisação pela criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCC). Entretanto, o governo teria dito que os servidores não faziam parte do quadro da Uema, já que alguns estavam lá por remanejamento e outros por tempo de serviço – sem a prestação de concurso público. “Para a aprovação do Plano precisamos que o processo de

reconhecimento oficial do quadro de servidores, que está engavetado desde setembro de 2010, na Superintendência de Direitos e Deveres da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, seja apreciado e definido. A Procuradoria Geral do Estado já nos deu dois pareceres favoráveis e o reconhecimento do quadro não gera nenhuma despesa para a Uema nem para o Estado”, disse ele.

O sindicalista explicou que em relação à eleição para reitor da Universidade, em 24 de novembro teriam acontecido várias irregularidades no processo eleitoral. José Augusto Oliveira foi o mais votado numa lista tríplice e depois nomeado pela governadora Roseana Sarney.

Miguel Santos afirmou que o estatuto da Uema diz que será de quatro anos o mandato de reitor e vice-reitor, permitida uma única recondução. “Em 2002, José Augusto foi eleito vice-reitor na chapa com Waldir Maranhão, assumindo em abril de 2006 o cargo de reitor. No mesmo ano ele

foi reeleito e o mandato acabou no final de 2010”, declarou.

A categoria espera um posicionamento do governo para uma convocação de reunião com o Sintuema. *(Jully Camilo)*



Paralisação na Uema ontem foi só de advertência

Polícia Civil prende foragido da Justiça em São Raimundo das Mangabeiras

Em cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pela 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, investigadores da Polícia Civil do município de São Raimundo das Mangabeiras, recapturaram Wilker Rafael Pereira, 24 anos, natural de São Luís.

Wilker é apontado como autor de um homicídio ocorrido em 2006 no Bairro do Maiobão, durante uma festa em um clube de reggae. Na ocasião, Wilker teria desferido três facadas na vítima que veio a óbito no local.

Após cometer o crime, se deslocou da capital maranhense com destino a cidade de São Raimundo das Mangabeiras, distante 89 km da cidade de Balsas. De acordo com informações da Superintendência de Polícia Civil do Interior, o acusado foi detido naquela região, por ter praticado diversos delitos em algumas ocasiões.

“Durante algum tempo ele vinha praticando assaltos, furtos e roubos na região. Com isso passamos a investigá-lo e conseguimos prendê-lo”, contou o delegado do município Jean Charles, responsável pela prisão.

O delegado contou, ainda, que durante o interrogatório, Wilker confessou a autoria do assassinato. Ele foi conduzido à Delegacia do Maiobão onde ficará a disposição da Justiça de Paço do Lumiar.

JÁ ESTÁ LIVRE

**Justiça manda soltar
o suspeito de mandar
assassinar quilombola**

PÁGINA 13

JÁ ESTÁ LIVRE

Desembargador manda soltar suspeito de mandar assassinar quilombola

POR OSWALDO VIVIANI

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, concedeu ontem (23) *habeas corpus* ao fazendeiro Manoel de Jesus Martins Gomes, o "Manoel de Gentil", de 53 anos, acusado de ser o mandante do assassinato, com 7 tiros, do líder quilombola Flaviano Pinto Neto, 45, ocorrido em 30 de outubro do ano passado, no povoado Charco, em São Vicente Ferrer. O fazendeiro havia sido preso temporariamente na manhã de terça-feira (22), em cumprimento a um mandado da juíza Odete Maria Pessoa Mota, titular da comarca de São João Batista. A motivação do assassinato de Flaviano, segundo a polícia, foi a disputa por terras entre os quilombolas e "Manoel de Gentil" na Baixada Maranhense.

De acordo com o desembargador Bayma Araujo, a prisão temporária do suspeito não se fazia necessária, uma vez que a apuração dos fatos já havia sido realizada. A prisão temporária de um suspeito, conforme Bayma, só se justifica quando ele atuar para alterar provas, coagir testemunhas ou fugir enquanto a investigação acontece.

'Rico não fica na cadeia' - Ouvido pelo **Jornal Pequeno** ontem, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Luís Antônio Pedrosa, afirmou que a decisão do desembargador demonstra claramente como funciona o sistema de Justiça do Maranhão. "Rico não fica na cadeia", disse Pedrosa. "A metade do contingente de detentos do sistema penitenciário do Mara-

nhão é composta de presos provisórios, gente pobre, na grande maioria, que não têm o privilégio que teve esse fazendeiro rico", completou o militante dos Direitos Humanos, que informou, ainda, que o caso será levado a organismos internacionais, como a Anistia Internacional e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Flaviano Pinto Neto era presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Charco. Segundo a polícia, ele foi assassinado depois de ser atraído para uma cilada pelo ex-policia militar Josuel Sodré Sabóia, preso no último dia 2 no Anjo da Guarda (São Luís).

O suspeito de ser o executor do crime é Irismar Pereira, 31 anos - que também já está preso desde 5 de janeiro passado, mas sob a acusação de mandar matar o motorista Ronielson Lima Pinheiro, o "Roni", 28 anos. O crime aconteceu em 14 de setembro de 2010, e teria motivação passional.

A polícia passou a investigar a morte de Flaviano Neto a partir da quebra de sigilos telefônicos dos suspeitos, principalmente do ex-PM Josuel Sabóia, que responde a vários processos na Justiça, sob suspeita de participação em homicídios, sequestros, receptação de carro roubado, entre outras acusações.

A disputa entre os quilombolas e o "grileiro" "Manoel de Gentil" por uma área de 1,4 hectares de terra - conhecida como "Fazenda Juçaral" - foi a motivação da morte do trabalhador rural Flaviano Neto, que liderava a comunidade de cerca de 70 famílias quilombolas da comunidade do Charco que desde 2005 lutavam pela titulação da área.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi acionado várias vezes pelos lavradores, mas nunca resolveu a questão a contento. Um laudo favorável ao fazendeiro chegou a ser emitido pelo instituto, mas foi contestado pelos quilombolas.

Em 2009, o Ministério Público Federal (MPF) entrou no caso, a pedido dos líderes quilombolas Flaviano Neto e Manoel Santana da Costa. Após isso, ambos se tornaram homens marcados para morrer, passando a receber ameaças frequentes de gente ligada a "Manoel de Gentil". No final de outubro do ano passado, Flaviano foi morto. Manoel Santana continua sendo ameaçado.



Bayma Araujo